

A medicalização do sexo ou o amor perfeito*

Maria Bernardete Ramos Flores
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Este artigo busca na história inédita a visão da sociedade para a questão sexo/casamento, principalmente, tendo a mulher como análise e objeto dos homens que praticamente determinavam a sua importância ou nulidade.

Um outro aspecto abordado é a eugenia das raças via casamento e praticada por médicos convenientemente apoiados pela sociedade.

A sociedade é focada como forma de diferenciar homens e mulheres organizando-os numa hierarquia de gêneros.

Abstract

This essay looks for the historical view of society as for the issue of sex/marriage, mainly focusing the analysis on women who are object of the masculine attention which rather determines their importance or nullity.

Another aspect we deal with here is the practice of eugenics through selective marriage and with the aid of physicians and the convenient support of society. Furthermore, society is focused as it differentiates men and women organizing them within a hierarchy of genders.

* Medicalization of sex or the perfect love.

Todos estes questionamentos e revelações de preconceitos levam-nos a refletir um mundo sexualmente melhor, sobre uma maior identidade sexual e sobre a possibilidade de se chegar a ruir o amor perfeito.

All these inquiries and prejudices lead us to reflect on a sexually better world, on a deeper sexual identity and on the possibility that perfect love may decay.

Palavras-chave: gênero, sexualidade, eugenia, identidade sexual.

Keywords: gender, sexuality, eugenics, sexual identity.

A sexualidade das diversas manifestações sexuais não é nem mais nem menos uniforme e única do que a cientificidade das diversas ciências; a religiosidade das diversas religiões; a beleza das diversas coisas belas ou a inutilidade das diversas coisas inúteis. Nada existe por trás, ao lado, acima ou abaixo das práticas sexuais que possa ser responsável pela homogeneidade dessas práticas, exceto as várias coisas, estados de coisas e eventos físicos e mentais que aprendemos a denominar de sexuais.

Jurandir Freire Costa, 1996, p.64¹

A “Questão Braga”

Eram 10 horas da manhã, do dia 1 de dezembro de 1878, quando Dr. J. P., médico parteiro, chegou à casa de seus sogros, família abastada da Bahia. Devolvia-lhes a filha, moça de 18 anos, com a qual se casara no dia anterior.

Na noite das núpcias, resolvera o noivo examinar o corpo de sua jovem esposa. Sentira-lhe os seios flácidos; os grandes lábios genitais não estavam ajustados aos pequenos; ao toque da vagina, não lhe percebera a presença do hímen. Para confirmar a suspeita da não virgindade da moça, penetrara-lhe, “consumando o ato sexual”, segundo seu depoimento ao ser interrogado pelos técnicos da perícia, chamados pelos pais da moça.

Após exames do Dr. F. J. T., às dez horas da noite desse mesmo dia, e do Prof. Barão de Itap... no dia imediato às 8 horas da manhã, o laudo registrou que:

¹ COSTA, J. F. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, R. e BARBOSA, R. M. (orgs.). *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1996, p.64.

... encontraram a mesma senhora em seu quarto de dormir... e passando a examiná-la encontraram nos órgãos sexuais externos forte hiperemia, e tumefação, de modo que ao toque e à pressão a paciente manifestava grande dor, e procurando abrir o orifício vulvo-vaginal, acharam uma exudação sero-sanguilenta que cobria toda a porção visível deste orifício, que descobriram afastando fortemente as coxas, e o encontraram quase fechado pelas porções rotas da membrana hímen, as quais, túmidas e salientes, constituíam três túberculos que se uniam convergindo para o centro do orifício, e entre os quais viram afastando-os a mucosa ferida, equimótica, e exsudando líquido sero-sanguilento, o que demonstrava conjuntamente com as lesões já mencionadas ter havido traumatismo recente (PEIXOTO, 1934, p.97).

A perícia indicava, portanto, defloramento recente. Mas, ainda assim, requereu o pai exame médico legal, perante o Chefe da Polícia, que o ordenou no dia 2 de dezembro, às 4 horas da tarde, efetuado por aqueles profissionais e mais o Dr. J. F. para responderem aos seguintes quesitos: primeiro, se houve defloramento; segundo, se o defloramento era recente; terceiro, se podiam determinar precisamente a época em que se deu o defloramento.

Esta moça foi examinada por cinco médicos em Salvador, os quais, ainda, emitiram pareceres sobre exames de dois médicos do Rio de Janeiro, dois da Universidade de Coimbra e um da Faculdade de Medicina de Paris. Foi uma questão que apaixonou o mundo científico e profano do país, inclusive promovendo uma literatura de cordel a respeito (MOTA, LOPES, CÓSER. In: HERSCHMANN, 1994, p.147-79).

O médico legista

Peixoto cita os autos deste extenso processo no manual *Criminologia e Sexologia Forense*, num também extenso capítulo, onde detalha tipos de hímens, complacentes e não complacentes, estado dos mesmos ao defloramento, recente e não recente, com coitos freqüentes ou não, técnicas de exame, etc. Citou-o para demonstrar a importância

do conhecimento médico-legista desta parte do corpo da mulher. O defloramento anterior ao matrimônio e ignorado pelo marido (assim como inversões sexuais, hermafroditismos, deformações sexuais, doenças que colocassem em perigo a prole), era considerado razão legítima de anulação do casamento, pois, “na imensa maioria dos casos, o noivo confia na pureza da noiva, atestada somaticamente pela virgindade ou integridade do hímen” (op. cit., p. 57). Por isso, o diagnóstico de defloramento, apesar de ser muito difícil de ser determinado, “era muito importante, não só para o marido suspeitoso, que se acreditava ludibriado, como até para a perícia, nem sempre conclusiva a respeito”, segundo este médico-legista (id. ibid. p.61).

Falava Peixoto sob a autoridade do saber, pois trazia em seu *curriculum* uma experiência pautada em 2.701 hímens observados por ele no Serviço Médico Legal, no Rio de Janeiro, entre 1907 e 1915, afirmando que destes, 330 (12,5%) “foram achados capazes de tolerar a cópula sem rotura” (id. p. 87).² São os chamados hímens complacentes — diz ele — que “tanta confusão trazem aos médicos e tantas desgraças aos jovens casais”, citando casos de assassinato e suicídio por causa desta membrana, “que circunda o *óstio* da vagina, com pequeno ou grande orifício central, membrana mais ou menos extensível, que em regra se rompe à primeira cópula carnal”. No entanto, “são numerosos os casos em que ele não se rompe a este contato, mesmo repetido, por vários motivos: amplitude do *óstio* himenal, extensibilidade, forma, disposição e resistência da membrana, condições todas que permitem a cópula sem dor, sem dilaceramento da membrana, sem escoamento de sangue”. Lamentava que, em geral, homens de sociedade, juízes, autoridades e até médicos faziam idéia inexata do que seja o hímen. “Esta membrana não desaparece, não se destrói, portanto. Íntegra, antes, continua depois, lacerada, em retalhos, mas continua. Do estado destes retalhos (sangrentos, esquimosados, não cicatrizados, se o defloramento é recente; retraídos, cicatrizados, se já não é; reduzidos finalmente a tubérculos,

² PEIXOTO, A. Escritor, médico e educador, escreveu 141 obras: tratados de medicina legal e de higiene, poesias, novelas e romances sertanejos e urbanos, livros de e sobre educação, biografias, estudos literários, monografias sobre folclore, pensamentos e reflexões, história, teatro, perfis, impressões de viagens, terras e países. Na área de medicina legal, escreveu várias obras. Em 1910, *Elementos de medicina legal*; em 1916, *Psicopatologia forense*, em 1927, *Medicina legal dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais*; em 1932, *Novos rumos da medicina legal*, em 1934, *Criminologia e sexologia forense*

cristas, carúnculas, se o hábito sexual foi prolongado ou até se a mulher já pariu, deduz-se à época e as decorrências do defloramento”. Assim, tudo é detalhado, fotografado, descrito nos mais íntimos recônditos.

Qual a razão, ou as razões, para todo este investimento no estudo da morfologia de uma membrana, aparentemente, sem função *a priori* na fisiologia feminina?³ Em que bases epistemológicas e em que fundamentação ideológica, política e histórica poderia assentar-se o poder de tamanha intervenção no corpo de outro? Onde se localizam as estratégias que submetem uma mulher, de classe abastada, a uma situação tão vexatória. Qual a autoridade destes médicos para devassar a intimidade sexual, especialmente quando o pudor feminino era extremamente valorizado? Ao contrário do que possa parecer pela apresentação que vimos fazendo até aqui, este texto não discutirá a questão da cultura da virgindade, o que ensejou amplo debate médico e moralista sobre a virgindade da mulher, no período em questão. Neste, numa perspectiva misógina, pregou-se o retorno das tradicionais identidades falocêntricas, rompidas, de alguma forma e em alguma medida, com as mudanças dos finais do século XIX e inícios do século do XX.

Inserimos a *Questão Braga* como meio para introduzir a compreensão da entrada da medicina no debate da sexualidade nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Em que lugar político articula-se a Medicina Legal com o Direito para tematizar as funções do corpo, e produzir saberes calcados em valores e comportamentos? O estudo da morfologia do corpo, do comportamento e da profilaxia do sexo, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, liga-se às estratégias implementadas pelos médicos eugenistas, articulados a um projeto político/nacional, de definição e embelezamento da raça. O método seria a seleção conjugal através da criação de leis restritivas que impedissem os casamentos indesejáveis, pela exigência de exames de sanidade dos nubentes, cuja decisão final da habilitação dependeria do médico. Mas não só. Prescrições e normas para o uso do corpo ensejaram amplo debate sobre sexualidade e uma desmesurada importância do sexo e, conseqüentemente, do médico-sexólogo.

Peixoto formara-se na “Escola Nina Rodrigues”, à qual é atribuída a fundação da Medicina Legal no Brasil, (SCHWARCZ, 1993, p.189) for-

³ Curiosamente, dois romances modernistas de Cobra têm os seguintes títulos: *Virgindade inútil* e *Virgindade anti-higiênica*.

mada por um grupo de médicos e intelectuais que tinha ampla atuação perante o Estado. Numa correlação entre a prática médica e a antropologia e com base na tese da degeneração racial pelo cruzamento de raças distantes, promovera grandes programas “eugênicos de depuração”, nos anos 1920. (MARTINEZ-ECHAZÁBAL, 1996, p.109). A monografia que concedeu o título de médico a Peixoto, aos 21 anos de idade, na Faculdade de Medicina da Bahia, altamente elogiada por Nina Rodrigues e Juliano Moreira, intitulada *Epilepsia e Crime*, cunhou o conceito de “medicamentação do crime”. O traço comum deste conceito está na estreita relação entre o crime e a sexualidade, mote que pautou toda sua obra na área da medicina legal.

De seu grande desiderato eugênico, é que vem sua preocupação com a sexualidade, fundamentada na profilaxia do casamento como prevenção da criminalidade e do crime. Em 1901 foi nomeado preparador da medicina legal na Faculdade de Medicina da Bahia, transferindo-se para o Rio de Janeiro, em 1902, já com o prestígio consagrado nos meios intelectuais, defensores do branqueamento racial, estimulado pela imigração européia e pela seleção sexual, vindo a ser admitido na Academia Nacional de Medicina, em 1903 e, em 1907 como primeiro diretor do Serviço Médico-Legal (MOTA, LOPES, CÓSER, 1994, p.152-159). Tornando-se um dos mais veementes defensores do branqueamento e melhoria da raça, chegou a calcular que em trezentos anos os brasileiros seriam todos brancos em uma civilização latina. Frequentemente na sua obra encontram-se conceitos sobre o papel das raças: a necessidade de o negro aceitar sua posição servil, ou da ambigüidade da sua mestiçagem. Com estas idéias tornou-se o grande cultor e propagandista da higiene matrimonial. Propôs medicamentar todas as áreas de conhecimento, do direito à educação, e submeter os interesses individuais ao coletivo das leis eugênicas, legislando sobre todos os aspectos da vida humana, desde antes de sua fecundação (atestado médico pré-nupcial dos nubentes para autorização do casamento) até além da sua morte, com propostas higiênicas de como deveriam ser os cemitérios (id. *ibid.*, p. 150).

Na verdade, Dr. Afrânio fez parte da geração de eugenistas, alienistas e sanitaristas que lutaram contra os vícios e os “venenos sociais”, numa cruzada eugênica, nas primeiras décadas do século XX. Disciplinar higienicamente a realização dos casamentos, promover a educação sexual, curar o alcoolismo, as doenças venéreas, as psicopatias, a loucura em todos os seus graus, as taras e as degenerações eram tare-

fas dos médicos. Estes lamentavam que as leis fossem feitas pelos advogados, sem a interferência médica, pois “o interesse do indivíduo, da família, da prole, da raça e do próprio futuro da nacionalidade cabia à medicina e, portanto, à classe médica, o dever de indicar o verdadeiro e legítimo caminho a seguir” (VILHEMA, 1993, p.80-82).

Os objetos abordados por estes médicos eugenistas variavam. Iam desde os estudos sobre alcoolismo, epilepsia, embriaguez e alienação; temas práticos de medicina legal; até a análise do perfil do criminoso. O maior número de teses existentes é sobre a criminalidade, mas o tema sexualidade também ganhou extenso manual. Eram tratados como doença todos os comportamentos sexuais que não se enquadrassem como ato sexual natural, cujo fim deveria ser a procriação ou o amor matrimonial. Era por meio da medicina legal e do saber médico que se comprovava a especificidade da situação ou as possibilidades de “uma *sciencia* brasileira” que se detivesse nos casos de degeneração racial. Os exemplos de embriaguez, alienação, epilepsia, violência ou amoralidade passavam a comprovar os modelos darwinistas sociais em sua condenação do cruzamento, em seu alerta à “imperfeição da hereditariedade mista”, que levaria ao enfraquecimento da raça — sinistra originalidade nacional (op. cit., p. 211).

A profilaxia do casamento

A eugenia, portanto, como um ramo da medicina social, vai assentar suas baterias contra esses males sociais pelos efeitos causados à “degeneração da espécie” e ao “abastardamento da raça”. Uma das medidas profiláticas para combater esses efeitos indesejáveis será a luta pela obrigatoriedade do exame pré-nupcial. Através dele, procurar-se-á evitar a procriação malsã, impedindo a reprodução de degenerados, tarados, deformados e, desta forma, garantir a fiscalização eugênica sobre a raça. O propósito dos eugenistas de “adequar” as uniões conjugais, de maneira a que venham a produzir uma prole sadia e perfeita, inscrevia-se numa empresa de saneamento biológico, regeneração moral do homem e, especialmente, da mulher que, segundo Kehl, defendê-la quando grávida, “é cultivar a sementeira nacional, é proteger o futuro” (1923, p.195).

Esta perspectiva profilática só foi possível quando, na década de 20, o uso, no Brasil, das teorias racistas, começou a afirmar que a “degenerescência obtida através da hibridação” não deve ser pensada

como fenômeno irreversível. Os mestiços passam, então, a ser divididos em “maus” ou “bons”. “Os profundamente degenerados, melhor seria deixá-los reproduzir-se entre si e extinguir-se a mesquinha geração por esterilidade e mortalidade precoce...” (*Gazeta Médica da Bahia*, 1925, p.161 / SCHWARCZ, 1993, p.216). Ou seja, quanto aos absolutamente enfermos, alcoólatras, loucos, epilépticos, não haveria outra solução a não ser a sua separação da parte boa da nação. Assim, as teorias raciais são adotadas de forma seletiva e parcial: ajudavam-se a explicar a seleção natural e o desaparecimento dos mais fracos, são, porém, descartadas quando se trata de pensar a “perfectibilidade” dos “bons mestiços”, ou o branqueamento e embelezamento do brasileiro.

A semiótica do corpo ofereceria ao médico perito as bases para o diagnóstico clínico e a emissão de seu juízo. Qualquer anomalia era enquadrada no quesito “taras”, especialmente, destes “... masturbadores profissionais, (que) vulgarmente não se distinguem, senão após um perfeito exame médico”, na avaliação de Irajá.

Alguns, traem-se logo: são geralmente, pálidos e tímidos, esquivos e medrosos. Seus olhos banham-se em grandes olheiras e deixam transparecer através de seu brilho, um abatimento fundo [...] e o seu olhar torna-se de uma fixidez notória... Fisicamente são moles e faltos de resistência; moralmente destituídos de coragem e energia, tornam-se extremamente egoístas... (p.45).

É enorme a lista dos “males” físicos e psicológicos, detalhadamente explicados, elencados por este médico, através das observações sobre seus pacientes onanistas. Cada traço do corpo é olhado, especificado, examinado, desenhado, fotografado, exposto e analisado em suas alterações sexuais. O homem que tem o “vício” da masturbação, apresenta o pênis “em geral avermelhado e em forma de clava ou massa, principalmente originada pelo tamanho excessivo da glândula, que é congestionada, e pelo relaxamento do tecido”, etc., etc. (op. cit., p. 48). A mulher que pratica o clitorismo apresenta “deformações que afeiam os órgãos genitais externos, e o caráter da pessoa modifica-se, bem como sua inteligência e vivacidade. Os grandes lábios, assim como as ninfas, tornam-se pendentes, descorados e pálidos, o clitóris desenvolve-se, às vezes, a ponto

de simular um pequeno pênis. As mocinhas anemiam-se, o rosto tem um aspecto desbotado e lânguido. Grandes olheiras arroxeadas emolduram os olhos tristes dessas vítimas do amor sacrificado” (id. *ibid.*, p. 51). Todas estas “perversidades” do instinto sexual só têm um triste fim: o enfraquecimento físico e moral, o depauperamento orgânico e a degradação social do indivíduo.

Sexo dúbio, hermafroditismos, malformações e deformações sexuais, impotências e esterilidades, tamanho excessivo do pênis, doenças graves com perigo de contágio e transmissão hereditária à prole eram considerados *erro essencial sobre a pessoa*, atendendo aos fins do casamento: hábito conjugal e procriação (1934, p.46-51). Peixoto discorre, ainda, longamente sobre casos de malformações sexuais, as quais confundem a definição (científica) do sexo e sob as quais “a cópula ou ajustamento carnal, decorrência necessária do casamento, seria impedida” (id. *ibid.* p.51). A virgindade, cuja perda podia transformar-se em razão legítima de anulação do casamento, era “o selo de qualidade” que a mulher deveria defender com todas as garras.

O papel da perícia médica funcionou, assim, como uma guardiã da higiene sexual, medicalizando e criminalizando o sexo desviado de sua função, não só procriativa, pois esta era, ainda, prescrita pelo caráter eugênico da prole.

A degeneração sexual

Em todas as sociedades, o uso que seus membros fazem do corpo para a reprodução é, de alguma forma, normalizado e isso não é novidade. O que interessa é a maneira como a tematização do sexo é utilizada e incorporada no conjunto de sistemas de produção social. Os problemas da vida, da criação, nunca são redutíveis às funções fisiológicas da reprodução ou a alguma dimensão particular do corpo. Eles sempre envolvem também elementos que ultrapassam o indivíduo no campo social, político e cultural. A sexualidade, assim, tem sido focada como um meio de diferenciar homens de mulheres e organizá-los numa hierarquia de gênero, e também como algo central para a significação da existência individual, da definição do eu, da identidade masculina ou feminina.

Os trabalhos de Foucault têm contribuído para a compreensão ou a desconstrução do discurso médico-sexólogo do século XIX, na Europa, que teria em comum a invenção de “seres sexuais” e dado, ao sexo, uma

importância desmesurada nas culturas Ocidentais. Na interpretação da cultura brasileira, a questão da sexualidade é central. A sexualidade ou a sensualidade do país tem exercido influência na compreensão do Brasil, parece que, desde a chegada dos portugueses. Lendo-se a carta de Caminha, fica-se com a imagem do paraíso terrestre, habitado por homens nativos que exibem seus genitais, destituídos de vergonha, “tal é a inocência dessa gente”. Quando, no século XIX, os intelectuais passaram a definir uma identidade nacional, precisou-se lidar com a questão da mistura das “três raças” como chave da sua constituição histórica. Logo, a questão da interação sexual assumiu uma importância sem paralelo no pensamento brasileiro para interpretar a cultura brasileira. Em *Retrato do Brasil*, Paulo Prado sumariza uma longa linha do pensamento brasileiro, do fim do século XIX e começo do XX, na qual reconhece a formação multiracial do Brasil e o medo de que a mistura das raças tenha marcado o caráter do povo brasileiro e sua condenação a uma degenerescência moral e física. É na mistura lasciva das três raças que Paulo Prado localiza a fonte da peculiar tristeza brasileira⁴. Também em Gilberto Freyre, a versão da “história genital”, com uma esfera extremamente erótica que propiciou a mestiçagem, toma um lugar de importância junto com as mais importantes interpretações da identidade brasileira (PARKER, s/d., p.46).

Decorre desta caracterização do povo brasileiro, mestiço, fruto do cruzamento das três raças, um mal-estar entre as elites políticas e intelectuais. De acordo com as teorias racistas importadas da Europa, a mestiçagem provocaria a degeneração da raça. Se até 1880 a discussão sobre higiene pública implicava uma grande atuação médica no dia-a-dia das populações contaminadas por moléstias infecto-contagiosas, a partir dos anos 1890 será a vez da Medicina Legal, com a nova figura do perito, que ao lado da polícia explica a criminalidade e determina a loucura, ou, no caso da sexualidade, as taras, as psicoses, os defeitos que impedem a geração de uma boa prole. Esta política médica tem seus anos dourados nas décadas de 1920 e de 1930, expressa na figura do “eugenista”, que passa a separar a população enferma da sã, com os programas “eugênicos de depuração”. Tratava-se de curar um país enfermo, amputando a par-

⁴ Uma interpretação deste pensamento brasileiro é feita com muita propriedade por: PARKER, R. G. *Corpos, prazeres e paixões. A cultura sexual no Brasil contemporâneo*. Trad. Maria Therezinha M. Cavallani. São Paulo : Best Seller, s.d.

te gangrenada para que restasse uma população de possível “perfectibilidade” (SCHWARCZ, 1993, p.190-91).

Lê-se no *Boletim de Eugenia*, de 1929: “a nossa plebe é feia, desengonçada e doente”⁵ — encetando uma campanha de “regeneração da espécie”. O psicólogo Kehl, diretor e proprietário do *Boletim*, autor de várias obras⁶ e organizador dos *Congressos de Eugenia* no Brasil, tem como princípio que a eugenia se constitui em ciência e arte. Como ciência investiga a geração, como arte produz a boa geração. O livro *A cura da fealdade*, grosso volume com inúmeras gravuras, 512 páginas, encadernado em percalina, de sua autoria, “constitui um verdadeiro tratado para melhorar o corpo humano, aformozeá-lo, corrigir defeitos, restaurar a saúde, alcançando assim esse bem supremo que é a beleza e afastando o mal que é a fealdade...” (contra capa). O Primeiro Congresso de Brasilidade (1941), por exemplo, promovido pela Comissão de Unidade Étnica, propunha um esquema como projeto de “padronização brasilica”, ou unidade étnica, ancorada no tripé — saúde, trabalho, beleza. Propunha uma “elevação biotipológica”, a criação de um homem que deveria ser “tanto um tipo ideal eugênico, quanto disciplinado, com qualidades superiores de agilidade, destreza e perspicácia” (LENHARO, 1986, p.75).

O método, além da educação sexual, era a proibição de casamentos entre tarados e a segregação de deficientes, degenerados e criminosos, cujos exames de sanidade pré-nupcial, davam ao médico o poder da decisão final da habilitação. Era dever do Estado proteger a família e dos médicos, que se denominavam evangelistas da harmonia social, sanear fisicamente a raça humana, etapa necessária para se conseguir o saneamento político (MOTA, LOPES, CÔSER, 1994, p.171). Ao lado da introdução da educação física como forma de obter a perfeição humana — *mens sana in corpore sano* — a “profilaxia matrimonial”, foi a base indispensável do saneamento geral dos povos” (id. Ibid. p. 215).

O estudo da morfologia do corpo, do comportamento e da profilaxia do sexo liga-se, portanto, às estratégias implementadas pelos médicos eugenistas para a depuração da raça. As *patologias sexuais* eram tratadas como causadoras de distúrbios psicológicos, emocionais, orgâni-

⁵ Boletim de Eugenia. Rio de Janeiro, maio de 1929, p.3

⁶ Entre outras, citamos alguns exemplos, os quais têm relação direta com esta pesquisa: *Pais, médicos e mestres*, 1929; *Como escolher um bom marido*; *Como escolher uma boa esposa*; *Catecismo para adultos*, 1942; *Por que sou eugenista*, 1937; *Aparas eugênicas: Sexo e civilização*, 1933; *A cura da fealdade. Melhoremos e prolonguemos a vida*, 1933.

cos e, especialmente, sociais, presentes nos estados de loucura. O traço comum do Dr. Afrânio considera que, no mundo contemporâneo, há um declínio sexual, uma degeneração, o desdém dos princípios “éticos e religiosos”. No entanto, a inversão genital, a mais antiga, a mais comum e mais perdurável das aberrações criminosas, é passível de tratamento e cura. Foi ele quem propôs a substituição da palavra alienado pelo termo psicopata, dentro de uma visão organicista; não mais lunáticos, fora do controle médico, mas apenas doentes, que necessitavam ser identificados e tratados pela medicina (MOTA, LOPES, CÓSER, 1994, p.161). Para dar ao médico elementos da diagnose do sexo, faz extensa e detalhada classificação dos invertidos sexualmente, no livro *Criminologia e Sexologia Forense*.⁷

No estudo do homossexualismo masculino — diz ele — há a perceber a inclinação do homem para indivíduos do seu sexo, com repugnância mais ou menos decidida ao oposto. Com uma gradação enorme, em seus caracteres somáticos, Peixoto vai elencando o que seriam as caracterizações destes invertidos: uns são verdadeiramente efeminados, têm formas redondas, poucos pêlos, membros delicados; perfumam-se, tratam das mãos, pintam-se a pó de arroz e carmin; vestem-se com extremo rigor da moda, gostam de mostrar o pescoço; adotam profissões femininas (cozinheiros, doceiros, alfaiates para damas); manifestam pudor homossexual e não heterossexual, falam “fino”, dão-se nomezinhos e até gostam de vestir-se como mulheres. Outros têm aparência e caracteres viris, invertidos apenas psicologicamente, como se somente o cérebro e os nervos fossem femininos. Daí uma comum sensibilidade, delicadeza de sentimentos, inclinações artísticas, principalmente musicais, nos invertidos. Eles são todos homens incompletos, mais ou menos, por isso infantis alguns, outros efeminados. Se não são fisicamente mulheres, são tampouco psicologicamente homens, mas seres incompletos, hermafroditas psico-sexuais, mais ou menos invertidos (PEIXOTO, 1934, p.155-56).

No estudo do homossexualismo feminino são indicados, como para a inversão masculina, graus variados de perversão, desde a marcada por caracteres somáticos e aparentes — aspectos másculos, grosseiros, nas feições e modos, abundância de pêlos nas pernas e braços, voz grossa,

⁷ O campo das *inversões* ou *perversões sexuais* foi inaugurado por Ebing, em 1869, autor de *Psychopathia sexualis*. Apud HERSCHMANN, M. M. e PEREIRA, C. A. M. (orgs.). *A invenção do Brasil moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20 - 30*. Rio de Janeiro : Rocco, 1994, p.101.

hábitos viris de beber, fumar, jogar — até os tipos femininos, bem delicados e passivos, nos quais nada parece denunciar uma anomalia sexual. São estas invertidas, segundo Dr. Afrânio, como homens invertidos, seres incompletos, mais ou menos *infantis uns*, *virago outros*. A inversão sexual feminina, “mais inconsciente do que consciente”, seria ainda mais vulgar, manifestando-se nos colégios, pensionatos, escolas, conventos e até na prostituição, pelas amizades estreitas, ciúmes, dedicações e até crimes, de que são capazes. O crime, que aparece entre os invertidos quando se complica de sadismo, seria ainda mais comum entre as invertidas porque o ciúme é paixão violenta nas mulheres e ordinário entre todas (op. cit., p.161-63).

A deserotização do corpo

No discurso eugenista, o corpo, como fonte de prazer, é desvalorizado; marcado pela proibição, é fonte de moralização. O corpo higienizado, limpo e bem tratado, não era para o exercício da sedução física. O sentido do amor e da sensualidade constituía a contrapartida do ódio à sexualidade, entrelaçado a uma misogenia de fundo patriarcal. Em Gustavo Barroso, o “amor livre” não passava de uma prostituição institucionalizada (VASCONCELLOS, 1979, p.29). A mulher, dessexualizada, só tinha valor quando realizava sua função procriativa; enquanto ser sexual, ela era abominável, devendo limitar-se à maternidade. O corpo erotizado era um corpo doente, manifestado nos alcoólatras, na primeira fase de excitação, nos paralíticos gerais, especialmente, no primeiro período, nas hísticas, nos débeis mentais: todos são ordinariamente eróticos, segundo os pregadores do sexo perfeito. Os ataques epilépticos eram, muitas vezes, considerados crises violentas de furor sexual. O erotismo era tido como a tendência abusiva aos atos venéreos, facilitando atentados contra o pudor, as violências carnavais, etc. (PEIXOTO, 1934, p.164).

Os manuais eram escritos como tratados de medicina legal que instruissem o médico no exame de seus pacientes, como texto moral que prescrevesse comportamento e condutas, como texto de filosofia sobre o sexo que refletisse sobre a verdade das relações entre homens e mulheres e o uso de seus corpos, e como textos de psicologia, interpretando todas as práticas sexuais fora da cópula *normal*, com sentido psicopatológico. O médico não só detalhava os aspectos físicos mas penetrava também no interior de seus pacientes. Pela observação e pela escuta,

era capaz de verbalizar os sentimentos, os estados de gozo e de agonia. A título de ilustração passo a apresentar uma cena registrada no livro *Psicoses do Amor*, por Irajá, descrevendo uma cena de *auto-erotismo*, como nomeia o autor, através do onanismo mamário:

A encenação que antecede o ato do onanismo mamário, é cheia de circunstâncias que atingem o organismo todo... A moça procura ficar só; furtiva, fecha-se nos aposentos, resguarda-se por todos os meios da curiosidade abelhuda. Sentando-se depois em frente ao espelho, arria a camisa até a cintura, pondo a descoberto o busto. Mira-se e remira-se. Há mesmo nesta prévia toilette um frêmito de prazer: o acetinado da cútis, a palidez do colo, o contorno dos braços, o boleado das pernas em anseio, tudo, estimula e excita. E ela transpira, e ela cobre-se de um suor viscoso: tomando a boneca de pó-de-arroz, passa e repassa frenética, levantando em torno de si tênue nevoeiro, que lhe aumenta os encantos da preparatória cena. O corpo se lhe amolenta; espreguiçando-se, exala-se de seus sovacos acre catanga, que a tonteia. Eis o momento. Rapidamente toma dois macios retalhos de veludo, com eles comprime os mamilos, rodando-os gostosamente em todos os sentidos. Seu corpo, como um bloco de mármore simultaneamente lançado ao fogo e ao gelo, queima e esfria, aos arranços de desconhecidas sensações, que de balde ela tentaria interromper. Chegou o instante do espasmo: inexplicável calafrio percorre-lhe a espinha, o coração tumultua, braços e pernas se torcem, dir-se-ia uma cobra em agitação. Entretanto o prazer não foi completo. Alguma coisa lhe faltou: aconchego de outrem — talvez! — a fusão de duas peles, igualmente quente, — quem sabe! — o magnetismo de um instrumento viril, — certamente! — cujo atrito, aumentando o prazer, repartisse entre os dois os langores (IRAJÁ, s/d., p. 52)

A necessidade sexual é cheia de encantos, segundo Irajá, quando não passa certo limite; depois é mais uma espécie de sofrimento e

produz-se um estado de eretismo, uma tensão dolorosa, de extrema angústia, quando não satisfeita, tornando-se profundamente ligada à cenesesia (op. cit., p.5).

Assim, enquadra-se como erótico, e este como desvio, como patologia, tudo o que provoca sensualidade fora do coito *normal*, aquele que obedece às leis da procriação e do “mistério divino do amor matrimonial”. São exemplos destes coitos invertidos o narcisismo, admiração ao próprio corpo, com indiferença para o outro sexo; o exibicionismo, impulsão de mostrar os órgãos genitais, mais comuns nos homens. As mulheres se exibem nos decotes de baile e na nudez disfarçada das praias de banho. O feitichismo é a capacidade do gozo venéreo realizar-se à vista ou ao toque de objetos determinados ou de certas partes do corpo. No auto-erotismo, o desejo e o gozo sexual prescindem da presença do sexo diferente, ou do próprio, até das excitações de contato por masturbação; é a imaginação, o sonho erótico, o espasmo psíquico, a que pode suceder o espasmo venéreo, em vigília ou em sono. Na vigília, as gravuras, os retratos, as telas, as esculturas, a bicicleta, a máquina de costura, a dança podem facilitar o orgasmo venéreo, dada uma representação sexual. Ainda contam-se entre as práticas eróticas, os ciúmes mórbidos, o sadismo, a necrofilia, a bestialidade, as crono-inversões — quando a anomalia é amar a velhos e velhas —, e as topo-inversões ou inversão de lugares, práticas venéreas em cavidades e partes indevidas do corpo, por pessoa de sexo diferente (op. cit., p. 167-180).

A sensação sexual em sua fisiologia é estudada, analisada, demonstrada. Irajá, artista plástico e sexólogo, publicou extensa obra sobre o tema, entre os quais contam-se *O Esforço para a Beleza*, em 1923; *Sexualidade e Amor*, em 3a. ed. em 1937; *Psicopatologia da Sexualidade*; *Sexualidade Perfeita*, em 3a. ed. em 1937; *Tratamento para os Males Sexuais*, em 2a ed. em 1937, *Morfologia da Mulher*, em 2a. ed. em 1937; *A sexualidade na Arte*; *Sexo e Beleza*, 1a. ed. em 1938 e *Psicose do Amor* s/d. Neste último, faz minucioso estudo, fundamentado nas funções fisiológicas e orgânicas, das sensações sexuais e seus liames com o sentimento do amor. Este, quando normal, tem por fim “a propagação da espécie”. O amor natural, normal, formado de duas partes, uma fisiológica — o desejo — e outra psicológica — o sentimento — deveria apresentar um certo equilíbrio entre esses elementos componentes. Não sendo assim, o amor seria patológico.

As sensações orgânicas causadas pelo “aparelho do amor” têm as mesmas explicações de outras necessidades fisiológicas do corpo: “se a vida do ser é assegurada pela nutrição e a da espécie, pela fecundação, então, nutrição e fecundação são as duas funções biológicas primordiais. A primeira por sensações gerais, dá sinais de uma necessidade celular mais ou menos urgente (fome, sede) — a segunda, por um sentimento orgânico, denominado instinto sexual, recorda ao indivíduo sua função de perpetuar a espécie” (op. cit., p. 2). O quimiotropismo erótico, produzido pela diferenciação do protoplasma e sobre o qual repousa a fecundação de todos os organismos, é a explicação para a origem filogênica da *sensação amor*.

Assim, para Irajá, a fome sexual seria a necessidade de amor profundo e verdadeiro, aperfeiçoando a espécie, ao passo que o apetite sexual é a simples satisfação carnal, motivada ou por um temperamento sensual e lascivo, ou pela repleção das vesículas a transbordarem sêmen. Enquanto este é passageiro e material, contentando-se unicamente com o esvaziar das vesículas, aquela pede criatura escolhida por afinidades sutis e misteriosas. A natureza ligando o amor ao desejo, e a esse um gozo indissimulável, não fez mais do que atrair o homem ao cumprimento da lei da perpetuação da espécie. Entretanto, vemos ora predominar a fome sexual — indivíduos propensos ao amor dito superior - ora predominar o apetite sexual — indivíduos inclinados à satisfação e ao gozo com o único fim do ato sexual: patológicos sexuais (op. cit., p.5-18).

Este artista plástico e médico sexólogo encontrava-se dentro das tendências contemporâneas, quando a sexologia fazia-se “explícita e honesta: ...os órgãos [sexuais] já sem o mistério; ... [sua] função, sem divindade...como as outras funções...tudo humano e vulgar” (PEIXOTO, 1934, p.212)

A atualização do sexo

Peixoto, no livro *Eunice ou a Educação da Mulher*, citado anteriormente, explica o dimorfismo sexual, biológica e fisiologicamente, como um estágio evoluído da espécie. Com bases no darwinismo, explica as determinações do sexo pela seleção natural. “O dimorfismo é útil à espécie”. (op. cit. p.178). Com exemplos tirados da vida animal, afirma que “o sexo remoja e retempera a espécie. A reprodução sexuada renova ou revigora a reprodução assexuada. Por isso os dois ciclos se aperfeiçoam, mas o que sobrevive, finalmente, é o sexuado” (id. ibid. p.167).

Portanto, para o autor, não há como discutir a disparidade entre os sexos. As mulheres, com seu desenvolvimento obstado pela ovulação e correspondente menstruação, por volta dos treze anos, estariam sempre “acampadas próximas da adolescência. São eternamente, crianças grandes.” Já o homem prossegue o seu desenvolvimento até os 20 anos e, por isso, tem a plena maturidade (id. *ibid.*, p.181-82). Para fundamentar sua tese, cita MARAÑON, que afirma que só privando a mulher de sua maternidade, em número considerável de gerações, “poder-se-ia lograr a quimera que alguns crêem realizável”: tornar seu organismo igual ao do homem. Mas, se assim se procedesse, a humanidade desapareceria. “O sonho de certas feministas, alheio à biologia, não se realizará jamais” (id. *ibid.* p.183). Seria absurdo o feminismo ter a pretensão de emendar a natureza. “O ideal do feminismo justo é a desigualdade relativa de funções de cada sexo na sociedade, hoje que as mulheres têm direito a não ter apenas filhos, como razão única de existirem” (id. *ibid.* p.184). Mas, “não é ‘macaquear’ o homem, imitá-lo, contrafazê-lo que deve ser a reivindicação feminina. Igualdade diante da lei, seja; igualdade intelectual, econômica, sentimental, política, sim. Mas diferentes. Cada um como a sua natureza os fez” (id. *ibid.*, p. 279).

Numa dinâmica binária, portanto, em que pólos opostos entram em relação a um mesmo eixo ou feixe de questões pressupostas, tanto a identidade masculina quanto a identidade feminina deveriam ser reafirmadas em prol da higiene sexual e do saneamento da espécie. Para que homens e mulheres desempenhassem sua função política, regeneradora da raça na construção do Brasil Nação, a função do sexo não deveria transgredir as tradicionais identidades falocêntricas. Assim, os homossexuais e as mulheres tiveram redobrados cuidados nas práticas de si: o homossexualismo tratado como doença, e a maternidade como destino natural e único da fisiologia feminina.

Homens e mulheres foram alvo da doutrina que prescrevia força, ação, corpos saudáveis, higiênicos, moralizados, sexualmente “perfeitos”, mas em posições distintas, o que significa que não haveria o fim das identidades pela harmonia dos gêneros, ou um processo de androgenização, poderíamos pensar, já que o corpo feminino, como o do homem, também era investido por exercícios físicos, e que o masculino também era vasculhado pelo olhar médico à espreita de sinais de patologias sexuais, como os das mulheres. As práticas formadoras e seus fins segundo os gêneros não só divergiam, como ainda eram constituídos por oposição.

Para Salgado, “jamais” deveria haver “igualdade na formação dos dois sexos” (SALGADO, 1949, p.135) A mulher não deveria ser “nem boneca e nem soldado”, “nem mulher homem e nem mulher brinquedo” (id. *ibid.*, p.107) Para ele, a liberação feminina que vinha acontecendo era fruto da falta de espiritualidade vigente na sociedade capitalista. O “desvio” teria começado por “essa forma romântica que se batizou com o nome de *feminismo* e que antes deveria chamar-se *masculinismo*” (id. *ibid.*, p.109) Isto porque as mulheres trabalhando fora de casa estavam se masculinizando, enquanto os homens estavam se afeminando, tendo “o homem que exercer certos serviços do *ménage*, como é hoje comum em certas metrópolis dos arranha-céus” (id. *ibid.*, p.105).

Apesar de os programas de Educação Física nos currículos escolares serem um só para ambos os sexos, eram explicitamente separados: determinavam que se ensinasse ginástica rítmica apenas às meninas, atividade tida como apropriada para mulher. A interpretação, por meio de gestos e atitudes, da emoção provocada pela música também deveria ser exclusiva das meninas, enquanto as evoluções militares seriam executadas apenas pelos meninos. Os jogos eram outro sinal de separação por sexo. Para os meninos, jogos de força, de persistência e combatividade; para as meninas, aqueles que lhes davam graça, que eram delicados, que educavam o gesto e o andar (SOUSA, 1994, p.75-81).

Peixoto, no seu livro mais conhecido na área da educação, *Eunice...*, pedia a educação sexual e o ensino da puericultura desde o curso primário, “pois é na infância que as meninas mais se interessam pelas bonecas e, aprendendo a tratá-las, aprenderão do mesmo modo a cuidar de bonecas vivas, de amanhã” (PEIXOTO, 1947, p.175-76). Numa visão misógina, colocava a mulher como responsável pela melhoria da prole. Alceu Amoroso Lima ao comentar o livro *Fruta do mato*, disse: “A mulher continua a ser para Peixoto a esfinge de seu primeiro romance. É o eixo de sua visão de mundo” (MOTA, LOPES, CÓSER, *op. cit.*, p.160). Na obra *A Esfinge* (1911) desenvolve a trama em torno do dilema do homem: “...o homem se encontra na vida diante de um dilema — com as mulheres não pode viver, porque elas são quase insuportáveis e poucas as aturam; mas também não podem viver sem elas, porque são absolutamente indispensáveis” (*op. cit.*, p.160).

Para Irajá, a natureza destinou a mulher para sofrer no amor, desde o primeiro contato carnal até o parto. A presença do hímen, o seu rompimento, o alargamento dos esfíncteres vaginais no deflora-

mento, e o ato brutal de dar-à-luz predispueram-na, pela evolução e pelo instinto, à dor, e tornaram-na mais adaptável ao sofrimento, o que parece, segundo o Dr. Hernani, explicar “sua procura pelo desassossego, a dúvida e, muitas vezes até, a dor física em pequena dose como que isso lhe aumenta o gozo da conquista e o prazer do amor”, propensa ao masoquismo. No entanto, “...desde quando surgem as primeiras luzes da aurora do amor, a virgem, sonhando, com um peito forte que a abrigue e proteja, promete ser sempre fiel e submissa ao ideal que forma” (op. cit., p.19).

Talvez por isso, as mulheres tiveram uma dose dupla de intervenções sobre o uso da sua sexualidade. Mas não só. Embora, em alguns aspectos, o movimento sufragista da década de 20, no Brasil, tenha vindo acompanhado de um discurso conservador, proferido pelas próprias mulheres, em vários outros, os objetivos ultrapassavam a luta pelo voto: demanda por iguais oportunidades educacionais e políticas, maiores salários, menos horas de trabalho, condições de higiene e segurança nas fábricas, assistência hospitalar, seguro de acidentes, férias remuneradas, enfim, toda a gama de reivindicações dos trabalhadores masculinos. Isto denota a ativa participação de mulheres no mercado de trabalho, fora da esfera do lar. A crescente industrialização abriu-lhes oportunidade de emprego na indústria, no comércio, nos serviços, na administração. A realidade econômica veio, aos poucos, rompendo com a dedicação exclusiva da mulher ao lar, especialmente as de classe média, levando-a a participar do mundo exterior, de forma um tanto contundente e talvez assustadora para os que não viam com bons olhos estas novas Evas reivindicando democracia sexual.⁸ Esta liberação da mulher foi extremamente percebida e problematizada pelas elites intelectuais masculinas. “Queremos que a mulher nunca se veja obrigada pela insuficiência do trabalho do marido a abandonar a casa e os filhos, para procurar trabalho fora do lar.” Esta era a 8º reivindicação de um manifesto integralista, publicado no Jornal *Anauê*, de Joinville em Santa Catarina.⁹

⁸ Convém lembrar que em épocas anteriores, encontramos muitas mulheres também atuando nos espaços públicos, principalmente as pobres que, na maioria das vezes, tiveram que prover o sustento da família, exercendo atividades na rua.

⁹ *Anauê*, n.7, Joinville, SC. 31/08/35, p.2.

O corpo, este virtual

O corpo humano é sempre tratado como uma imagem da sociedade e não existe maneira natural de considerar o corpo que não envolva, ao mesmo tempo, uma dimensão social. Conversa séria sobre sexualidade é inevitavelmente sobre sociedade (DOUGLAS, op. cit. p. 73).

A história tem mostrado que diferentes visões de mundo produzem diferentes formas de conceber o corpo: diferentes formas de interpretar, de representar e de atuar com o corpo, o qual não é um fenômeno estático ou idêntico a si mesmo, mas um modo de intencionalidade, uma força direcional e modo de desejar. Como condição de acesso ao mundo, o corpo é algo encerrado além de si mesmo. Como uma realidade referencial, o corpo é vivido e percebido como o contexto e o meio para todos os esforços humanos, dado que todos os seres humanos se empenham por possibilidades ainda não realizadas (SARTRE, apud BUTLER, 1987, p.141).

Nesta acepção é que se pode entender a afirmação de Simone de Beauvoir: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, referência sempre recorrente nos trabalhos que discutem a criação histórica e cultural dos gêneros. Judith Butler diz que para Beauvoir, “*tornar-se mulher* [significa] um conjunto de atos propositais e apropriativos, a aquisição gradual de uma postura [...], assumir um estilo e significado corpóreo culturalmente estabelecido” (id. ib. p.139).

Desta forma, os gêneros são, em certo sentido, escolhidos. Então, Butler pergunta: “Como pode o gênero ser ao mesmo tempo questão de escolha e construção cultural?” (id. ibid.) Isto significa, diz a autora, que o gênero torna-se o lugar dos significados culturais tanto recebidos como inovadores. E *escolha*, nesse contexto, vem a significar um processo *corpóreo* de interpretação no seio de uma série de normas culturais profundamente entranhadas. Mas então surge uma segunda questão: “O corpo pré-existe à sua interpretação cultural?” (id. ibid., p.140). Pergunta não respondida aqui. Fica apenas para algumas reflexões.

Segundo Thomas Laqueur, o modelo da bissexualidade original dos humanos é relativamente recente em nossa história. Por vários milhares de anos foi um lugar comum que mulheres tinham os mesmos genitais que os homens, só que no interior e não fora do corpo (COSTA, 1996, p.68).

Não era apenas a ignorância científica sobre a realidade do corpo humano que impedia a idéia da sexualidade semelhante à que temos hoje. Antes do advento do *two-sex model* qualquer achado biológico era automaticamente integrado à versão aristotélica-galênica da ciência. Um exemplo é a descoberta do clitóris, em 1559, que Colombo anunciou como sendo o pênis da fêmea (id. *ibid.*, p.70). Na concepção de mundo dominada pelo neoplatonismo, portanto, o pensamento ocidental até o século XVIII não pôde representar a sexualidade humana como bipolar e originalmente dividida entre sexualidade masculina e feminina.

Isso não significa, entretanto, que homens e mulheres fossem confundidos. O fato da fêmea ser vista como “uma réplica do macho, com os mesmos órgãos dentro e não fora do corpo”, não fazia da mulher um outro homem. O que o pensamento metafísico afirmava era que mulheres e homens distinguam-se por outros critérios que não o sexual. A forma cultural de distinguir os gêneros masculino e feminino dispensava o recurso à diferença dos sexos. E, ao contrário do que se pensa habitualmente, não foi o estabelecimento da diferença dos sexos que condicionou o lugar social, moral e psicológico da mulher. Foi a discussão do novo estatuto social que deu origem à diferença de sexos como a conhecemos. A mudança do parâmetro científico só pôde ocorrer porque foi antecipada pela polêmica cultural em torno da natureza e da função da mulher e do homem na sociedade. Em vez de ser consequência de conhecimento científico, Costa sugere que novos modos de interpretar o corpo foram, antes, novos modos de representar, de constituir realidades sociais (id. *ibid.*, p. 71).

Assunto recorrente nos trabalhos de Foucault, sabe-se que, numa espécie de estatização do biológico, o fenômeno de maior peso no direito político, no século XIX, foi a transformação do direito que tinha o soberano sobre a vida e a morte de seus súditos, cujo preceito se traduzia, segundo Foucault, em “hacer morir o dejar vivir”, em seu contrário: “hacer vivir ou dejar morir”, (id. *ibid.*, p. 249) modificação que se deu no campo político e no âmbito dos mecanismos, das técnicas e das tecnologias do poder sobre o corpo e, sobretudo, sobre a sexualidade. Se nos séculos XVII e XVIII, os processos de urbanização, industrialização e de configuração das multidões engendraram as técnicas disciplinares que separavam, esquadrihavam, asilavam e vigiavam os corpos individuais, de forma a garantirem o adestramento e o aumento da força útil de trabalho, a partir do fim do século XVIII acontece algo novo. Trata-se, agora, com a emergência dos problemas demográficos de massa, de apropriar-se do

homem-espécie e tratá-lo em seus processos globais para cobrir os problemas específicos da vida, como o nascimento, a morte, a reprodução e a enfermidade. Ou seja, um poder que não abandona a dimensão do homem-corpo individual, mas que se dá em direção ao homem-espécie, o que Foucault vai denominar de bio-política da espécie humana ou racismo de estado. Numa espécie de estatização dos processos biológicos com o concurso do médico, os objetos de saber e os objetivos da biopolítica, no ocidente, foram as políticas de crescimento demográfico e de melhorias das raças, através de esquemas de intervenção na natalidade e da instauração de uma medicina cuja função principal será a da higiene pública, com a medicalização da população. A tecnologia do bio-poder trata, assim, de gestionar a vida, os processos biológicos do homem-espécie, com o direito de intervir para fazer viver; intervir sobre a maneira de viver e sobre os modos como melhorar a vida, para controlar acidentes, seus riscos, suas deficiências, tendo a sexualidade por campo estratégico fundamental (FOUCAULT, 1992, p.250-256).

O sexo e o comportamento sexual passaram, então, para a centralidade das políticas de controle das raças, com papéis definidos para homens e para mulheres, com várias pressões sobre o uso e a identidade do sexo, sobre a procriação e sobre a higiene das famílias. A sexualidade, por um lado, como comportamento corporal depende de um controle disciplinário, individualizado, exercido em forma de vigilância permanente, como por exemplo, os controles sobre a masturbação pela família e pela escola, a Igreja, etc.; por outro lado, mediante seus efeitos de procriação, a sexualidade se inscreve e adquire eficácia nos amplos processos biológicos para a constituição da população na perspectiva do poder bio-político. A sexualidade se inscreve exatamente no entrecruzamento do corpo com a Nação que se quer forjar.

Portanto, as condições de emergência da figura do médico sexólogo, a partir da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, inserem-se naquilo que se denominou “racismo de estado”. O médico era figura estratégica pela situação privilegiada de atuar sobre o organismo, o corpo individual, e os fenômenos globais demográficos. Uma sexualidade indisciplinada e irregular, segundo o saber médico, tem duas ordens de problemas para a *perfectibilidade* da raça: o corpo desregulado sexualmente é atacado por doenças; o desviado sexualmente terá uma descendência perturbada, degenerada, colocando em risco o futuro e a identidade da Nação.

Referências bibliográficas

ANAUE, n.7, Joinville. 31/08/35.

BARBOSA, R. M. (Org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

BOLETIM DE EUGENIA. Rio de Janeiro, 1929.

COSTA, J. F. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, R. e BARBOSA, R. M. (Orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

FOUCAULT, M. *Genealogia del racismo. De la guerra de las razas al racismo de Estado*. Madrid: Las ediciones de la Piqueta, 1992.

IRAJÁ, H. de. *Psicoses do amor*. Estudo sobre as alterações do instinto sexual. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho, s.d.

KEHL, R. *Eugenia e medicina social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923.

LENHARO, A. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.

MARTINEZ-ECHAZÁBAL, L. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual. In: *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

MOTA, J. A. C.; LOPES, E. M. T.; CÓSER, S. M. L.; PEIXOTO, J. A. (1876-1947). Ensaio biográfico. In: HERSCHMANN, M. M. e PEREIRA, C. A. M. *A invenção do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PEIXOTO, A. *Criminologia e sexologia forense*. São Paulo; Rio de Janeiro; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1934.

PEIXOTO, A. *Eunice ou a educação da mulher*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson, 1947.

SALGADO, P. *A mulher no século XX*. São Paulo: Guanumby, 1949.

SARTRE, J. P. In: BUTLER, J. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: *Feminismo crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUSA, E. S. de. *Meninos à marcha! Meninas à sombra! A história do ensino da educação física em Belo Horizonte (1897-1994)*. 1994. Tese (Doutorado em Educação). Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP.

VASCONCELLOS, G. *A ideologia curupira. Análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VILHEMA, C. P. S. Práticas eugênicas, medicina social e familiar no Brasil republicano. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v.19, n.1, jan./jun. 1993.